

Nestas últimas semanas o **PUCviva** ouviu professores das mais diversas unidades da PUC-SP, diretores de faculdades, representantes docentes nos órgãos colegiados e a opinião dos professores tem convergido para uma só direção: em nome da democracia puquiã, a Fundação São Paulo precisa negociar o Acordo Interno dos professores com a APROPUC.

Nos mais diferentes campus da universidade, os docentes ressaltam a perda imensa que representa a não renovação de um texto que, ao longo das últimas décadas, representou um avanço nas relações tra-

PROFESSORES CONTINUAM SE MANIFESTANDO PELA RENOVAÇÃO DO ACORDO INTERNO

balhistas da universidade e que se mostrou um parâmetro para várias categorias profissionais do país.

O Acordo Interno dos professores da PUC-SP terminou em 28/02 deste ano e, ao invés de ser pror-

rogado até que um novo texto fosse negociado, foi substituído pela Fundação São Paulo pela Convenção Coletiva do Sipro-SP, que não abrange boa parte de nossas cláusulas específicas.

A APROPUC imediatamente entrou em contato com o reitor e no início das férias obteve do professor Dirceu de Mello a promessa de sua intervenção junto aos secretários executivos da Fundação para a retomada das negociações.

Porém, o processo se mostra por demais moroso e é adiado toda semana.

Nesta edição, entrevistamos mais do-

centes que mostram sua insatisfação com a situação e sua preocupação com os rumos que vêm sendo imposto à democracia puquiã pelos gestores da universidade (veja depoimentos na página 3).

Consun debate coordenadorias, mas contratos de trabalho ficam para setembro

A edição de agosto do Conselho Universitário (Consun) ocupou-se em sua quase totalidade da discussão das chefias acadêmicas, deixando para a próxima sessão a discussão dos contratos de trabalho, uma vez que, segundo o professor Fábio Gallo, o volume de dados apresentados à comissão do Consun que discute o assunto foi muito grande e os professores e funcionários precisarão de tempo para a análise dos dados e formulação de propostas. Segundo Gallo, existem cerca de 300 professores no chamado regime probatório. Na próxima edição do Consun o tema deverá voltar à pauta.

Outra reivindicação dos funcionários é que fosse discutida também a questão do Plano de Cargos e Salários, que apresenta os mesmos proble-

mas das tabelas docentes. Porém, no ato da Reitoria que nomeou a Comissão não consta esse tipo de discussão.

Já no item mais polêmico da sessão, os conselheiros analisaram as escolhas feitas pelo Cepe para as chamadas coordenadorias acadêmicas. Quatro professores tiveram suas escolhas homologadas sem maiores problemas: Mariângela Belfiore (Projetos Especiais) Ana Maria Zillochi (Vestibular), Ely Antonio Dirani (Pesquisa), Angelita Quevedo (Ensino a Distância).

Luiz Guilherme Conci (Coageae) foi aprovado com um plenário dividido, uma vez que foi arguida a sua condição de doutorando, que terminará ao fim deste ano. Porém a maior polêmica ficou por conta da escolha da professora Ana Lucia Manrique para a Coordenadoria de Es-

tágios. Alguns professores, como o diretor Adjunto da Faculdade de Ciências Humanas e Saúde, Luiz Augusto de Paula Souza, Tuto, levantaram que os critérios usados pela comissão que escolheu a candidata não constavam do edital. A formação específica em educação e a preferência por docentes que não estavam ocupando os cargos não poderiam ser utilizados.

O pró-reitor de pós-Graduação, André Tavares, contrapôs-se a esta afirmação dizendo que as premissas não se constituíram em critérios, mas apenas itens para consideração da Comissão.

Ao final das discussões, como restassem dúvidas sobre os programas, a candidata escolhida pelo Cepe, Ana Lúcia Manrique e a concorrente Altair Cadrobbi Pupo, Lila, apresentaram seus programas numa breve ex-

posição aos conselheiros. A seguir, procedeu-se à votação e, por 16 votos contra 13 e quatro abstenções, a candidatura da professora Ana Lucia Manrique não foi homologada pelo Consun. Resta agora ao professor Dirceu de Mello encaminhar uma solução para o caso, que deverá acontecer nos próximos dias.

A conselheira Andréa de Melo levantou uma questão pouco discutida pelos conselheiros: é que no Cepe, de onde partiram as escolhas dos candidatos, os funcionários não têm assento, ou seja, aqueles que diuturnamente vão se relacionar com os coordenadores eleitos, são hoje excluídos do processo, através da equivocada justificativa, de que o Cepe só trata de assuntos acadêmicos.

Estudantes de Serviço Social iniciam negociação com Fundação e Reitoria

Os estudantes de Serviço Social da PUC-SP continuam a luta pela gratuidade do curso e pela anistia das dívidas dos inadimplentes. No dia 24/8 fizeram uma reunião com secretário executivo da Fundação São Paulo, João Júlio onde apresentaram os problemas do curso e levaram suas propostas para solucioná-las. Também estavam presentes na reunião uma comissão de professores do curso e a diretora da Faculdade de Ciências Sociais, Margarida Limena.

A Fundação São Paulo propôs aos estudantes a formação de uma comissão para pensar numa proposta de gratuidade. A comissão será composta por 2 representantes da Fundasp, 2 da reitoria, 2 professores e 3 estudantes e terá o prazo de um mês para apresentar

as propostas ao Consad e ao Consun.

ASSEMBLEIA

Os estudantes realizaram assembléia no dia 25/8 onde levaram os informes da reunião e pensaram no encaminhamento político. Foram escolhidos os representantes dos estudantes na comissão e foi formado também grupo maior para compor os estudos sobre a gratuidade.

Os estudantes realizaram entre os dias 12 e 13/8 uma paralisação do curso em protesto contra a situação dos muitos inadimplentes, reivindicando a anistia dessa dívida e a gratuidade do curso. Desde então, os alunos lutam para terem suas reivindicações atendidas.

Em conjunto com os



FLAVIO DUTRA

No corredor do Prédio Novo, espaço tradicional do curso, alunos e professores de Serviço Social realizam assembleia

alunos da Geografia, que estavam paralisados, fizeram um ato no dia 12/8 onde percorreram os corredores da universidade realizando um "apitaco" para divulgar suas reivindicações para toda a comuni-

dade puquiana. Embora existam reivindicações específicas, a paralisação dos dois cursos evidencia a crise de sucateamento da educação e mercantilização do ensino que a universidade está passando.

Consad cria comissão de estudos para Serviço Social

Devido à presença de muitos estudantes e professores do curso de Serviço Social na sessão do Consad (Conselho Superior de Administração), do dia 26/8, imediatamente, o reitor Dirceu de Mello inverteu a ordem das pautas do Conselho de Administração e avisou que a direção da universidade vai criar uma comissão de estudos para discutir as reivindicações dos estudantes e a possibilidade da gratuidade do curso. Uma reunião com representantes do curso foi marcada para segunda-feira, dia 30/8.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Alguns estudantes de Direito e Jornalismo encaminharam para o reitor, durante o intervalo da sessão, o pedido de que fossem liberadas as aulas e o ponto dos funcionários, no dia 14/9, nova data da Audiência Pública com o Consad da PUC-SP.

Os estudantes também pediram que nenhuma outra atividade fosse marcada para o mesmo dia. Porém, o pró-reitor de Cultura e Relações Comunitárias, Hélio Deliberador, lem-

brou que o dia 14/9 é a data de abertura da Semana de Acessibilidade, que faz parte de uma deliberação do TAC do Ministério Público para a PUC-SP.

Também foram aprovadas as reformas no telhado da Clínica de Psicológica da PUC-SP, que vem sofrendo com goteiras e infiltrações.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 – Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo
Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino

Fotografia: Luana Lila
Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas, Lúcio Flavio R. Almeida e Victoria C. Weischardt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

A luta dos professores pela retomada do Acordo Interno de trabalho

Cibele Isaac Saad Rodrigues

Representante docente da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde no CONSUN

O que falar quando o diálogo foi interrompido?

Só posso lamentar e desejar firmemente que seja restabelecido.

Uma universidade como a PUC-SP, com a nossa história de democracia, construída arduamente em nossas instâncias representativas, não pode abrir mão de lutar pela oportunidade de manter a negociação de nosso Acordo Interno de Trabalho.

Todos os professores sabem que perderemos muito mais que os importantes benefícios conquistados. Também não me parece que o confronto beneficie quaisquer das partes envolvidas e seja desejado por elas.

Assim, mais do que me pronunciar, gostaria de propor uma intermediação deste conflito. APROPUC, Reitoria e Fundação precisam encontrar caminhos harmônicos de composição que preservem o bem maior, que é o nosso projeto ímpar e valioso de Universidade.

João Machado Borges Neto

Coordenador do programa de Pós-Graduação em Economia

Acho importante que seja retomada a negociação, pois ela tem cumprido um importante papel ao longo de nossa história e tem

sido uma das boas tradições da PUC-SP.

O Acordo Interno é uma forma de ir-se além daquilo que outras universidades têm em matéria de relações de trabalho e tem permitido à PUC-SP ostentar um caráter diferenciado de outras instituições de ensino.

Maria do Socorro Cabral

Departamento de Serviço Social

O Acordo Interno é fruto de um processo de luta e conquista dos professores da PUC-SP, com a sua entidade de representação. O descumprimento do acordo significa o desrespeito com a história de luta dos professores e um retrocesso político sem precedente na história da universidade.



Eloisa de Souza Arruda

Chefe do Departamento de Direito Penal e Processual Penal

O melhor caminho sempre foi o diálogo. O fato de a Fundação se recusar a negociar rompe com uma tradição. Nossas decisões sempre foram negociadas, e deste diálogo muitos direitos dos

professores e dos funcionários foram garantidos. Nossas conquistas sempre foram resultado de tratativas entre professores e funcionários e os gestores. E a atual situação não é positiva para nenhum dos lados.

Yolanda Gloria Gamboa Muñoz

Coordenadora do Curso de Filosofia

Seria necessário pensar o problema da renovação do Acordo Interno como um sintoma de uma situação mais ampla e complexa. A valorização atual dos procedimentos (e não dos fins ideais) mostra como uma instituição precisa privilegiar e honrar a todo o momento as promessas e compromissos assumidos para tornar-se responsável, isto é, para poder responder por si mesma quanto ao futuro.

Nesse sentido, o desconhecimento de acordos, a não participação nos diálogos ou negociações é um índice perigoso para o devir da própria instituição. Por outra parte, essa dobra questionadora e de exercício necessário na própria instituição é extensiva às associações que precisam auto-avaliar constantemente seus compromissos, ações e representatividade.

Tudo isso no suposto de que a dignidade da pessoa e da instituição esteja ligada à capacidade de prometer e à figura da responsabilidade, ambas entendidas como

conquistas humanas duramente adquiridas através de séculos.



Maria Margarida C. Limena

Diretora da Faculdade de Ciências Sociais

Acho lamentável a interrupção das negociações sobre o Acordo Interno, visto que sempre valorizamos o diálogo como a melhor forma de entendimento.

Muito além de benefícios, foi através do Acordo Interno que se viabilizaram condições acadêmicas de trabalho dentro de um projeto de universidade que sempre se pautou pela qualidade.

O Acordo Interno contribuiu para que pudessemos nos diferenciar das demais universidades, o que não pode ser perdido. Espero que as negociações sejam retomadas para que possamos, num ambiente de relações democráticas e de respeito mútuo, superar esta situação de retrocesso nas relações entre a mantenedora e a associação que esta interrupção representa.

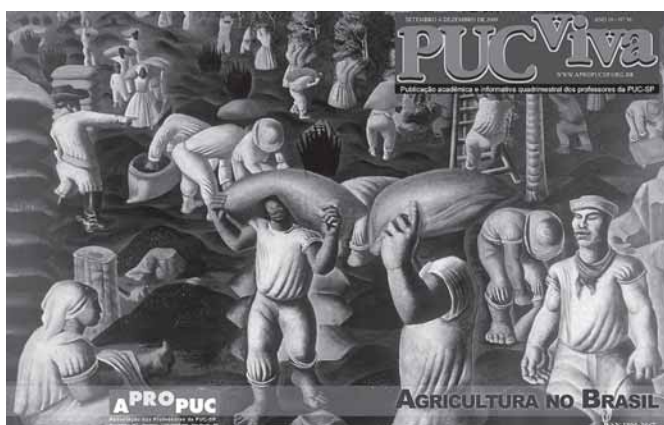
Agricultura no Brasil é tema da nova revista *PUCviva*

A edição número 36 da revista *PUCviva*, publicação acadêmica e informativa da APROPUC, destaca o tema Agricultura no Brasil. Com edição geral de Bia Abramides e Marijane Lisboa, a revista traz artigos de Paulo Petersen, Fernando Bardelli, Plínio Arruda Sampaio, Rui Costa Pimenta, Wendell Ficher, Juliana Santili, Raul Marcelo, Marco Antonio de Moraes, Lia Giraldo da Silva e Daniel Araujo.

A professora Bia Abramides, em seu editorial, destaca a gravíssima situação da agricultura brasileira, historiando o desenvolvimento da atividade no Brasil, para caracterizar o plano de lu-

tas apresentado pela plataforma da Via Campesina, baseado na reforma agrária e direito à terra, em um programa hídrico que priorize a soberania alimentar, a produção de alimentos saudáveis, a policultura na produção diversificada, a sessão da terra para quem nela mora e a expropriação das fazendas que explorem o trabalho escravo.

Já a professora Marijane Lisboa, após narrar as transformações ocorridas na agropecuária durante a ditadura militar, termina afirmando que "contra esse modelo de agricultura insustentável, ambiental e socialmente, é tecida aos poucos uma rede de movimentos sociais, reunin-



capa da revista *PUCviva* número 36

do agricultores sem terra, camponeses, ambientalistas, movimentos de saúde pública e populações indígenas e tradicionais, que se articula internacionalmente a outras tantas redes, como a Via Campesina. A

agricultura familiar e ecológica é sua aposta na sobrevivência da humanidade".

A revista será enviada aos filiados à APROPUC nos próximos dias e seu lançamento está marcado para o dia 30/9, na sala 333.

Dessemana agita Faculdade de Ciências Sociais

Entre os dias 23 e 27/8 foi realizada a Dessemana de Ciências Sociais, organizada por estudantes do curso. A semana contou com lançamento de livro e projeção de filmes e uma série de palestras.

Na terça-feira, 24/8, foi realizada a palestra *Política Educacional no Brasil*, parte da Dessemana de Ciências Sociais, que contou com a participação de José Balsani, estudante de Ciências Sociais, Beatriz Abramides, presidente da APROPUC e professora do Serviço Social e Ed-

son Martins, que debateram a questão da educação no Brasil.

O estudante José Balsani abriu as falas comentando as leis de diretrizes básicas da educação, nos anos 60 e 70. Segundo ele, a lei da década de 60 era imposição dos Estados Unidos e não se adequava à realidade brasileira. Para essas diretrizes, o ensino deveria estar atrelado ao desenvolvimento econômico e o estado arcar apenas com aqueles que não poderiam pagar pela educação "Porém, a maioria não pode pagar pelo ensino privado e o estado não conseguissem suprir toda a sua ca-

rência", concluiu.

EDUCAÇÃO VERSUS CAPITAL

A professora Beatriz Abramides comentou que não se pode tratar sobre esse tema sem vinculá-lo à crise estrutural do capital. "A educação está ligada à questão do trabalho, pois é mercantil e está voltada aos interesses do grande capital. Nessa lógica destrutiva, sequer as bandeiras democráticas, como a educação, foram aceitas", comentou.

Depois, Abramides comentou os reflexos do consenso de Washington ton e suas contra-reformas, na educação superior brasileira. Com as reformas do ensino superior nos governos FHC e Lula, a grande maioria das escolas são privadas, além de transferências de recursos públicos para escolas privadas, deterioramento da qualidade e ensino a distância. "Assim você destrói o ensino e precariza a condição do trabalho", concluiu.

Depois, a professora comentou a situação da PUC-SP. "Nos

anos 90, as mensalidades subiram 500%. Em seguida, um Redesenho Institucional que atende a lógica instrumental de redução de custos, com acordo com bancos, precarização do trabalho, intervenção, aumento nas mensalidades, inadimplência, falta de bolsas de estudo e autonomia", disse a presidente da APROPUC.

O ex-diretor da APROPUC, Erson Martins, comentou que "a educação é a expressão da base econômica de determinado momento". E continuou: "No Brasil, a educação reflete as condições de um capitalismo atrasado. Apesar de sermos a 8ª economia do mundo, temos 18% da população analfabeta e 50% é analfabeta funcional".

Erson Martins também comentou que a política educacional dos governos FHC e Lula impulsionaram o processo monopolista da escola privada. "Antes tínhamos faculdades isoladas, agora passaram a conglomerados monopolistas com abertura de capital na bolsa de valores", concluiu o professor.



LUANALILA

Os professores Erson Martins e Bia Abramides no debate da Dessemana

GAUCHE NA VIDA

O potencial de parar a Grécia

Alex Callinicos

O preço do que chamam de "resgate" da Grécia consiste em um pesado arrocho sobre os trabalhadores. Este plano está se chocando com a resistência da classe trabalhadora mais militante da Europa.

A greve geral de 5 de maio foi muito significativa. A Grécia é um país em que as greves gerais ocorrem com frequência, mas esta não foi uma greve geral como as outras. Teve características de uma verdadeira insurreição dos trabalhadores.

Na Praça da Constituição, no centro de Atenas multidões massivas, ao tentarem entrar no parlamento, enfrentaram a polícia. A luta está se desenvolvendo para além do estágio em que uma greve geral de um dia ou uma sucessão de tais greves é o suficiente para expressar o descontentamento dos trabalhadores.

A magnitude dos ataques é tal - cortes nos serviços públicos, nos empregos e aposentadorias além do aumento da idade para aposentadoria - que o nível das lutas deve elevar-se para que os ataques cessem.

Outras greves gerais de um dia não são suficientes. A luta deve se redirecionar para greves por tempo indeterminado de grupos de trabalhadores que se encontram mais ameaçados. Logo os trabalhadores do setor energético podem entrar em greve. Se ela ganhar adesão massiva,

tem o potencial de parar a Grécia.

Porém, há um problema grave com essa luta. Embora a Grécia tenha a maior esquerda radical da Europa, as forças dominantes da esquerda não estão realmente se mobilizando à altura do desafio colocado.

O Partido Comunista Grego é grande, mas é altamente sectário. Sua estratégia é dizer: votem em nós porque temos as respostas para a crise. A coalizão da esquerda radical, Syriza, sempre conviveu com a ambiguidade de combinar política oportunista com retórica revolucionária. Essa ambiguidade não se sustenta.

O SEK, organização irmã do Socialist Workers Party (Partido Socialista dos Trabalhadores), faz parte de uma coalizão anticapitalista, Antarsya, que está atraindo forças mais poderosas e produz maior impacto sobre a luta. Uma situação muito interessante está se desenvolvendo.

VULNERÁVEIS

Se nos distanciarmos da Grécia veremos como a crise nesse país tem provocado programas de austeridade que se propagam pela Europa. Governos vulneráveis adotam programas de austeridade cada vez mais severos para acalmar os mercados. É o que aconteceu na Espanha e em Portugal e claramente está acontecendo aqui no Reino Unido

As ilusões de que a crise foi, no essencial, supe-

rada e de que a questão econômica principal dos nossos líderes é como lidar com a recuperação já se desvaneceram. Os mercados se deram conta da fragilidade da situação e os ricos estão preocupados com a possibilidade de uma recessão em forma de W.

Este é o cenário de pesadelo para a classe capitalista. A longa recessão dos anos 30 durou dez anos e passou por uma sucessão de fases diferentes. A crise atual pode ser comparada à daquela época. Sua fase atual é dominada pelos chamados problemas de dívida soberana.

Esta é a dívida que os governos acumularam e é o que está levando a uma crise especificamente na zona do euro. Os governos contraíram empréstimos e os gastaram em uma escala imensa para tentar escapar da crise, o que aumentou este tipo de endividamento. Na zona do euro, esta crise geral da dívida pública se combina com falhas estruturais. Há duas falhas principais.

Em primeiro lugar, o euro está baseado puramente em uma união monetária, mas não fiscal. A União Européia não possui nenhuma autoridade para implementar políticas de impostos ou de gastos na região e por isso a tarefa de lidar com a crise recai sobre os Estados nacionais

Em segundo lugar, o euro agrupa a Alemanha, uma grande máquina exportadora, com economias muito mais fracas. Es-

tes estados importam muitos bens da Alemanha e fazem empréstimos pesados para pagá-los, sobretudo de bancos alemães e franceses.

O que chamam de resgate da Grécia é essencialmente um esforço para resgatar os bancos franceses e alemães. Se a Grécia não pagar, causará um golpe ainda maior aos bancos que já estão debilitados pela crise mais ampla. Estas falhas da zona do euro produzem uma combinação tóxica.

Alex Callinicos é professor de teoria social do King's College de Londres, autor de "Un manifesto anticapitalista" e membro destacado do Socialist Workers Party.

Tradução de Victoria Claire Weischtordt

Esta coluna foi transcrita de uma palestra proferida na terceira semana de maio no SWP Party Council. (<http://www.socialistworker.co.uk/art.php?id=21313>)

Nesta sessão, apresentaremos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições para os próximos números, mande ver. Os textos devem ter no máximo 5000 caracteres, com espaço.

FALA COMUNIDADE

Desafios do Ensino do Direito

Ana Carolina Pinheiro Rezende

Um profissional do direito deve saber exatamente como utilizar o aprendizado que o curso jurídico lhe oferece. Para isto é necessário um conhecimento além do que normalmente o curso de direito ensina aos seus estudantes, que é interpretar o conjunto de normas jurídicas que constituem o direito positivo. Porém, para isto, é preciso haver perspectiva crítica, ética, sociológica, filosófica, política, cultura, atualidade etc. A ausência desses conhecimentos é como uma semente que não recebe os devidos cuidados, pois ela não cresce e não produz frutos. Restringir o conhecimento é privar-se de crescer.

O colonialismo cultural que ocorre não é de todo benéfico para os juristas e para a sociedade. Ninguém deve vestir-se de uma roupa que não serve, e da mesma forma não devemos querer transplantar instituições ou doutrinas que não são compatíveis à nossa realidade, necessidade e interesse. E para que os futuros e atuais juristas saibam quais são as necessidades da justiça brasileira ou tenham alguma posição sobre qualquer assunto inerente ao direito é preciso lembrar, mais uma vez, a necessidade de ter interesse, envolvimento, busca, trabalho pessoal etc.

Dentre outros acontecimentos atuais, um fato é importante: a internet e o direito estão cruzando seus caminhos cada vez mais. E esse acontecimento gera opiniões radicais e opostas. Muitos já disseram que admitir a colaboração dos

computadores no campo do direito seria inaceitável e há quem imagine que as máquinas irão substituir totalmente os futuros juristas. É claro que ambas as opiniões não devem ser admitidas. Existem muitos benefícios que esse encontro poderá trazer, a economia do tempo de trabalho e da enorme quantidade de papéis gastos, são alguns dos exemplos desses benefícios.

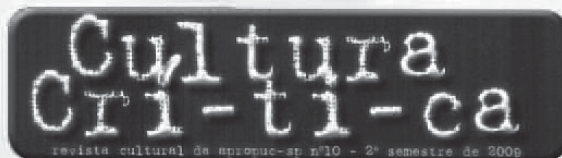
O ensino jurídico acompanha a marca do

tempo. Juntamente com os conhecedores da internet, da economia, da filosofia, da sociologia, dentre outros, o profissional do direito carrega o fardo de fazer com que a sociedade se desenvolva em termos de justiça, ou seja, lutar para que o direito de cada um seja resguardado. E, como disse Benjamin Franklin: "Investir em conhecimentos rende sempre melhores juros", e tais rendimentos não seriam apenas para

aquele que investiu, mas para toda a nação que precisa ter pessoas humanizadas que lutem pelos valores fundamentais. Eis o desafio proposto aos agentes do direito que se preocupam com a inovação do ensino do direito.

Ana Carolina Pinheiro Rezende é aluna do 2º ano de Direito este artigo foi escrito a partir das aulas de Filosofia do Direito, ministradas pelo Professor Lafayette Pozzoli

A APROPUC CONVIDA PARA O LANÇAMENTO DA REVISTA



Nº 10

100 ANOS SEM EUCLIDES DA CUNHA

Debate com:

PROF^a. MS. CELINA LEAL DOS SANTOS

Prof. Dr. ERSON MARTINS DE OLIVEIRA

PROF. Dr. JOÃO HILTON SAYEG-SIQUEIRA

PROF^a. RACHEL APARECIDA BUENO DA SILVA

COORDENAÇÃO:

PROF. MS. JOÃO BATISTA TEIXEIRA DA SILVA

**dia 31/08/2010, às 19:30h
sala 333, prédio novo, PUC-SP
Rua Ministro Godoy, 969, 3ª andar**

MOVIMENTOS SOCIAIS

Após pressão, Lula sanciona o PL 30 horas

O Presidente Lula sancionou, nesta quinta-feira, 26/8, o PL (Projeto de Lei) 152/2008 que define a jornada máxima de trabalho de assistentes sociais em 30 horas semanais sem redução de salário.

O PL já havia sido aprovado, no último dia 3/8, pelo Senado Federal e aguardava a aprovação do presidente. A redução da jornada de trabalho é uma conquista histórica que beneficiará quase 60 mil trabalhadores.

Os assistentes sociais fizeram uma intensa mobilização para que o projeto fosse aprovado. No dia 3/8 foi realizado um ato, em conjunto com outras categorias, como os servidores do

judiciário em greve, que contou com cerca de 3 mil pessoas para reivindicar, entre outras coisas, a redução da jornada, sem redução de salário.

A aprovação da redução de jornada de trabalho reforça uma luta que é de toda a classe trabalhadora, por melhores condições de trabalho.

O Conjunto CFESS-CRESS e a ENESSO já pensam em estratégias para a implementação da lei. "A aprovação da lei é uma vitória e abre caminho para uma nova luta, que é a de fazer valer as 30 horas para assistentes sociais sem redução de salário nas instituições empregadoras", destacou a presidente do CFESS, Ivanete Boschetti.

A luta pela redução da propriedade da terra

Entre os dias 1 e 7/8 acontecerá, por todo o Brasil, um plebiscito popular pela limitação da propriedade de terra. A iniciativa da CNBB e de outras 54 entidades é consultar a população sobre o estabelecimento de um limite territorial máximo para as propriedades rurais no Brasil.

Os movimentos sociais propõem que toda a propriedade, produtiva ou não, maior de 1000 hectares, possa ser desapropriada para fins de reforma agrária. Outro objetivo do dia é colocar a questão da reforma agrária para os candidatos aos diversos cargos e obter deles um posicionamen-

to a cerca do tema.

Diversos outros eventos foram organizados nos meses que antecedem o plebiscito, o mais importante aconteceu no dia 12/8, quando as entidades que apoiam a iniciativa organizaram um dia nacional para conscientizar a população sobre a importância política da redução do tamanho da propriedade.

No dia 30/7 um debate na Escola de Aplicação da USP lançou o plebiscito no estado.

Diversos centros acadêmicos da PUC e a APRO-PUC apoiam a iniciativa e organizarão um espaço onde estará disponível o plebiscito na universidade.

Médicos residentes param em todo o Brasil

No dia 16/8, os médicos residentes de todo o país entraram em greve e, segundo a Associação Nacional de Médicos Residentes (ANMR), a greve tem adesão de 80% da categoria.

Entre as principais reivindicações estão: reajuste de 38,7% na bolsa auxílio, congelada desde 2006; estabelecimento de data-base anual para os

reajustes; licença maternidade de seis meses para as mulheres residentes; instituição de 13ª Bolsa; auxílio moradia e auxílio alimentação; adicional de insalubridade; melhores condições de trabalho.

A greve vem na esteira da precarização e da privatização da saúde através das fundações estatais de direito privado, que tiram do Estado a responsabi-

lidade na gerência e a transferem para a iniciativa privada.

Essas medidas inserem o médico residente nos serviços como força de trabalho barata, com jornadas que chegam a até 90 horas semanais, para que o lucro das instituições privadas seja garantido. Cada vez mais os pobres estão perdendo o direito ao tratamento digno de saúde.

Ato denuncia criminalização de rádios comunitárias

Representantes de rádios comunitárias, trabalhadores da comunicação e de movimentos sociais realizaram um ato público na porta da Rede Bandeirantes de Televisão, em Campinas, para protestar contra a perseguição da Anatel e da Polícia Federal aos comunicadores comunitários da região.

O ato foi promovido pela regional paulista da Abraço (Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária). O ato reivindicava que a Polícia Federal exigisse que a Band apresentasse sua licença para operar na região com diversos meios de comunicação (Band, Educadora, Rádio Bandeirantes AM, Band News e Nativa).

Tal prática constitui propriedade cruzada dos meios de comunicação, o que é proibido pela Constituição.

Movimento Indígena amplia mobilização

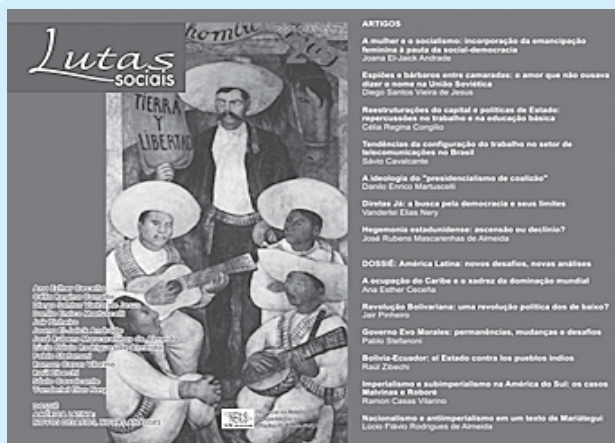
Diversas organizações reunidas no Mato Grosso do Sul, no VII Acampamento Terra Livre, declararam apoio à luta dos indígenas da região, que são vítimas de constantes perseguições e, por vezes, vítimas dos grandes latifundiários do estado. Além de estarem na mira de fazendeiros, os índios são confinados a um pequeno espaço de terra, acampados na beira de rodovias, aguardando a demarcação de suas

terras invadidas ou submetidas sob pressão do latifúndio e do agronegócio, com a cumplicidade ou a morosidade dos órgãos públicos.

As principais reivindicações são: criação de um Grupo de Trabalho (GT) para acelerar o processo de identificação e demarcação das terras indígenas; respeitar a Constituição Federal, no que diz respeito à autorização de empreendimentos em Terras Indi-

genas pelo Congresso Nacional, considerando o princípio de relevante interesse da União; a indicação dos coordenadores distritais e a contratação de profissionais para a secretaria especial de saúde indígena não deve ser norteadas por critérios políticos e de apadrinhamentos, e sim técnica, com a participação de lideranças indígenas. No site da APROPUC, leia a carta na íntegra.

ROLA NA RAMPA



Nova *Lutas Sociais* discute América Latina

Já está circulando o novo número da revista *Lutas Sociais*. Em sua edição nº 24, a publicação do Neils (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais) tem como seu principal tema um dossiê sobre a América Latina. A revista surgiu em 1996 com uma proposta científica e crítica que permanece atual até hoje. Em seu projeto editorial (no qual os membros do Neils participam de todas as fases), ela procura mesclar autores novos com pesquisadores consagrados. A revista destaca em seu pro-

grama a recusa em aceitar falsos dilemas, como liberdade versus igualdade ou estado versus mercado. Para os autores da revista, a atual crise do capitalismo mostra que este último dilema é totalmente falso. Vários lançamentos serão feitos em todo país, inclusive aqui na PUC-SP, em data a ser definida. A revista está à venda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, no 4º andar do Prédio Novo. Na Internet ela pode ser encontrada no site <http://www4.pucsp.br/neils/>.

Simpósio Brasil-Portugal de religião

Na segunda-feira, 30/9, será iniciado o II Simpósio Luso-Brasileiro de Filosofia da Religião e Ciências da Religião, com o tema *A religião na modernidade e pós-modernidade: interfaces, novos discursos e linguagens*, organizado pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da Religião, em parceria com a Universidade Católica Portuguesa (UCP). As atividades vão até o dia 2/9. Para conferir a programação completa, acesse www.pucsp.br/lusobrasileiro ou (11) 3670-8529.

Exposição comemora Dia da Fotografia

No dia 2/9, no Museu da Cultura, será comemorado o Dia da Fotografia com a abertura da exposição *Personas&Cia*, às 19h, e, às 20h, com a palestra Poéticas Visuais, que contará com a apresentação de Carlos Fadon Vicente e Millard Shisler. Em caso de tempo ruim, a atividade será transferida para o auditório 100 do Prédio Novo. A organização do evento é da professora Célia Mello, com colaboração de Cristiano Burmester, professor do Departamento de Jornalismo.

Fundação não renova horas administrativas da APROPUC

Ao fecharmos esta edição a APROPUC foi informada que as 40 horas administrativas, que são mensalmente alocadas aos contratos de seus diretores, não mais constariam dos contratos destes docentes. As horas administrativas da APROPUC não acarretam nenhum ônus à universidade, uma vez que são pagas integralmente pela verba da entidade. Porém

elas constam do hollerit dos professores como horas administrativas. A DRH informou que como estas horas faziam parte do Acordo Interno e ele não foi renovado, não havia mais sentido em mantê-las. Esta é mais uma reatualização que a entidade sofre, por sua postura crítica na defesa dos interesses dos docentes, às vésperas do pagamento do salário.

Cursos de baixa procura sofrem nova ameaça

O Consun debateu no final de sua sessão, no dia 25/8, o quadro de vagas aprovado pelo Cepe. A relatora do processo, professora Maria Margarida Limeira, apresentou um parecer favorável à manutenção das vagas para o próximo concurso, porém a professora questionou a resolução aprovada pelo Conselho Superior de Administração, Consad, que aumenta o número mínimo de candidatos para a abertura de novas turmas. O Consad, em sua reunião extraordinária, de 19/8, aprovou alteração nestes

parâmetros, passando de 15 para 20 o número de alunos pagantes em cursos de um turno, e de 25 para 30, para cursos de dois turnos. A professora Margarida recomendou que o Consun rediscutisse os parâmetros aprovados pelo Consad, uma vez que considera a medida preocupante, pois poderia prejudicar alguns cursos, especialmente aqueles de baixa renda, sendo que o próprio Consun definiu como uma de suas metas evitar o fechamento de cursos. O relatório da professora foi aprovado por unanimidade.

Eleições na APG: veja o resultado no site da APROPUC

Entre os dias 23 e 28/8, aconteceram as eleições da APG (Associação dos Pós-graduandos da PUC-SP). Duas chapas concorreram ao pleito: na situação APG Ativa, e na oposição, Diversidade em Ação. Fazia 10 anos que não havia disputa eleitoral. Até o fechamento desta edição, o resultado ainda não havia sido apurado, porém o ele será publicado na página da APROPUC (www.apropusp.org.br). Durante as eleições, a Chapa Diversidade em Ação procurou a redação do

PUCviva, porque os estudantes do *Lato Sensu*, que assistem aulas no campus Monte Alegre, teriam que votar no campus Cogea. Segundo a oposição, isso impossibilitaria com que muitos estudantes participassem da eleição. Eles fizeram um pedido para que os estudantes pudessem votar em outros campi, o que foi negado. Porém, segundo a Comissão Eleitoral, no regimento da eleição consta que os estudantes devem votar no campus em que está sediado o seu programa.